

PROPOSTAS - EIXO 3

NACIONAIS

IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Combate à pobreza e à fome:

1. Implementação do programa bom prato/bandejão. (Votuporanga)
2. Erradicar a pobreza por meio de políticas integradas de educação, moradia e assistência social. (CONDEPE)

Garantia do acesso universal à saúde, educação, moradia e outros direitos sociais:

3. Solicitar o aumento da oferta e divulgação de qualificação profissional para níveis fundamentais e médio. (Votuporanga)
4. Instituir em todas as cidades creche do idoso/centro dia, para pais de pessoas que trabalham com funcionamento de 24 horas. (Cubatão)
5. Criar programa com acesso e garantia habitacional inclusivo para famílias em situação de vulnerabilidade, população de rua e área de risco, junto com ressocialização no mercado de trabalho através de geração de renda com recicláveis e capacitação profissional para fomentar seu sustento. (Bauru)
6. Criar Protocolo Municipal contra Despejos Forçados, assegurando mediação prévia, participação da Defensoria Pública e do Ministério Público, e garantia de alternativas habitacionais dignas Implantar Observatório Popular do Direito à Moradia, com mapeamento de ocupações, registro de violações e produção de dados públicos para orientar políticas habitacionais. (São Paulo- Sapopemba)
7. Implantar Observatório Popular do Direito à Moradia, com mapeamento de ocupações, registro de violações e produção de dados públicos para orientar políticas habitacionais. (São Paulo- Sapopemba)
8. Implementar políticas de moradia digna no centro urbano, evitando gentrificação e violência institucional. (CONDEPE)
9. Propõe-se a criação de um levantamento sistemático dos prédios públicos subutilizados e dos imóveis com dívidas tributárias, com vistas à sua destinação prioritária para fins de moradia popular. O mapeamento deverá ser realizado pelo Poder Executivo em articulação com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB e representantes da sociedade civil organizada, garantindo legitimidade, transparência e participação social, bem como assegurando mecanismos de fiscalização independente em todas as etapas do processo. As informações obtidas deverão ser reunidas e disponibilizadas em um portal público da transparência, de modo a garantir

amplo acesso à população e possibilitar o acompanhamento social e jurídico das medidas implementadas. (OAB)

10. Garantir infraestrutura urbana, equipamentos públicos, acessibilidade e transporte em projetos de moradia popular. (Sapopemba)
11. Promoção da equidade social e econômica por meio da ampliação e fortalecimento de programas de transferência de renda, bem como da implementação de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda sustentável. • A proposta visa garantir condições mínimas de dignidade às populações em situação de vulnerabilidade, reduzindo os impactos da pobreza e da exclusão social. • Os programas devem ser articulados com ações de capacitação profissional, incentivo ao empreendedorismo, economia solidária e inclusão produtiva. • É essencial assegurar a continuidade, transparência e efetividade dessas iniciativas, com foco na autonomia dos beneficiários e na redução das desigualdades regionais. (São Paulo-Itaim Paulista)
12. Manifestar posicionamento contrário à implementação e ao apoio, pelos governos estadual, municipal e federal, às escolas cívico-militares, por entender que este modelo fere os princípios da gestão democrática, da liberdade pedagógica e da educação inclusiva e plural, previstos na Constituição Federal e na LDB. Defender o fortalecimento da escola pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada. (São Paulo-Itaim Paulista)
13. Ampliar financiamento público para esporte, lazer e cultura. (CONDEPE)
14. Garantia de acesso universal à saúde, educação, moradia e outros direitos sociais. (Belém)
15. Disponibilizar recursos e ferramentas necessárias para o bom funcionamento escolar, ampliando o repasse de recurso financeiro para a educação. (São Paulo- Iguatemi)
16. Garantir a ampliação e qualificação dos serviços de atenção integral à saúde para as pessoas LGBTQIA+ no SUS (Sistema Único de Saúde), por meio da implementação e expansão do Programa de Atenção à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans) e conforme a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, garantindo: a) a ampliação do número de Ambulatórios Trans, garantindo ampla cobertura territorial em pelo menos uma unidade por região administrativa; b) a criação de postos de atendimento especializado para a população LGBTQIA+ nos Hospitais Regionais do Estado de São Paulo; c) o atendimento contínuo e humanizado, com equipes multiprofissionais especializadas e capacitadas; e d) o acesso universal à hormonização, com disponibilização de medicamento e acompanhamento clínico regular. (Vale do Paraíba)

17. Fortalecer a saúde da população negra e ampliar pesquisas no SUS. (CONDEPE)
18. Instituir uma Renda Básica Universal no estado de São Paulo, iniciando pela priorização de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com expansão gradual até alcançar toda a população. O valor será definido de forma a garantir alimentação, moradia e necessidades básicas, com financiamento por taxação progressiva de grandes fortunas, revisão de isenções fiscais e redirecionamento de recursos do orçamento estadual. (Vale do Paraíba)
19. Implementar uma política nacional de renda mínima, garantindo repasses justos aos municípios com integração de políticas de assistência social, educação e trabalho. (Bauru)
20. Garantir a efetividade dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, assegurando a manutenção e a permanência das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com financiamento adequado e contínuo, fortalecimento da gestão participativa e valorização dos trabalhadores do sistema, através do aumento orçamentário. (São Paulo-São Matheus)
21. Fortalecer o programa nacional de segurança alimentar, garantindo políticas de agricultura familiar, banco de alimentos e ampliação da merenda escolar, promovendo a inclusão social e dignidade, bem como o acesso universal a educação. (Bauru)
22. Criar programas de assistência social que incluam agentes comunitários de saúde dedicados ao acompanhamento de idosos vulneráveis, especialmente aqueles sem suporte familiar. (Campinas)
23. Criar serviços de acolhimento a trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão. (CONDEPE)
24. Garantir equipamentos sociais (ILPI, centros de acolhimento, banheiros públicos, lavanderias, berçários). (CONDEPE)
25. Estabelecer a isenção de impostos em relação ao pagamento da previdência para regimes próprios ao teto da Previdência do Regime Geral. (Campinas)
26. Regionalização e transparência do sistema cross. (Campinas)
27. Criação de Leitos de retaguarda para saúde mental. (Campinas)
28. Aumentar a fiscalização em instituições de longa permanência. (Campinas)

Implementação de políticas públicas afirmativas para grupos discriminados:

29. Expandir políticas afirmativas para populações historicamente discriminadas, incluindo cotas social, raciais e de gênero e para pessoas

com deficiência no ensino superior, concursos públicos e mercado de trabalho. (Guarujá)

30. Reestruturar o SUAS com Ênfase em Economia Comunitária. Reestruturar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em São Paulo para incluir mecanismos de economia comunitária, com a criação de Núcleos Comunitários de Economia Solidária (NCES) em CREAS e CRAS, implantando cozinhas solidárias, lavanderias, banheiros e hortas comunitárias. A gestão será compartilhada entre SUAS, associações comunitárias e movimentos sociais, com estímulo à autogestão e cooperativas populares. (Vale do Paraíba)
31. Ações afirmativas em concursos públicos para pessoas negras, pessoas trans, pcds. Garantia de vagas de emprego em empresas contratadas pelo Poder executivo ou concessionárias para pessoas negras, trans e pcds. (Campinas)
32. Para Proteção e Valorização das Religiões de Matrizes Africanas e Quilombolas: Instituir grupo intersetorial (Direitos Humanos, Cultura, Segurança, Educação); criar canais de denúncia e atendimento especializado para casos de intolerância; :Garantir financiamento público para a preservação dos espaços sagrados. (São Paulo-Brasilândia- Rosa dos Ventos)
33. Assegurar prioridade às pessoas em situação de rua, em especial às com deficiência e neurodivergentes e aos idosos, LGBTQIAPN+ e povos tradicionais no acesso a programas federais de habitação, saúde, educação, trabalho e geração de renda, garantindo moradia digna, inclusão educacional, acompanhamento intersetorial e acessibilidade universal, sendo que a política deverá contar com financiamento. (São Paulo)
34. Fortalecer a rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas. (Campinas)
35. Combater o abandono social e familiar. (Campinas)
36. Capacitar profissionais que lidam com a população idosa. (Campinas)
37. Garantir serviços especializados para a população idosa. (Campinas)

Garantia dos direitos da população em situação de rua:

38. Garantir Políticas Públicas integradas para pessoas em situação de rua e/ou em condições de drogadição, com foco em moradias sociais, saúde (redução de danos), assistência social e trabalho, assegurando dignidade, cidadania e o fim de práticas higienistas e repressivas. (Bauru)
39. Instituir Programa de recomeço para as pessoas que vivem em situação de rua e egressos. (Cubatão)

40. Garantir a efetividade de políticas intersetoriais para a população em situação de rua, assegurando acesso a moradia, saúde, educação, assistência social e inserção laboral. (Guarujá)
41. Implementar Centro POP com cofinanciamento estadual a partir de diagnóstico da população em situação de rua em cidades com mais de 80 mil habitantes. (Vale do Paraíba)
42. Criação de pontos de apoio digital em centros de acolhida, com acesso gratuito à internet e suporte para utilização da plataforma Gov, garantindo o acesso da população em situação de rua a benefícios assistenciais. (OAB)
43. Criação de uma rede articulada (MP, DPE, Secretaria municipal, CREAS, CRAS e Judiciário) para cumprimento da ADPF 976. (OAB)
44. Implantar programa de serviço de moradia pública que atenda a população em situação de rua, considerando a diversidade e interseccionalidade utilizando todos os marcadores. (OAB)

Promoção da inclusão e da acessibilidade:

45. Implantar serviço permanente de profissionais de referência em língua brasileira de sinais (libras), assegurando acessibilidade plena para pessoas surdas em todos os órgãos e serviços públicos. (Francisco Morato)
46. Criar um Programa Nacional de acessibilidade digital e presencial. (Vale do Paraíba)
47. Direito a educação inclusiva com apoio especializados em tempo integral, respeitando a educação para o pcd e seus familiares. (Vale do Paraíba)

Promoção da igualdade étnico-racial e de gênero:

48. Fortalecer as políticas de enfrentamento às desigualdades de gênero, assegurando sua efetivação em todos os níveis de ensino. Com a criação de espaços permanentes de escuta e diálogo que envolvam estudantes, famílias e profissionais, articulados a processos formativos e culturais para toda a comunidade. (Vale do Paraíba)
49. Garantir a ampliação e manutenção de equipamentos públicos de cuidado (creches, centros de acolhimento de pessoas idosas e com deficiência), com financiamento adequado e gestão intersetorial, assegurando acesso universal e gratuito para mulheres em situação de maior vulnerabilidade social. (Vale do Paraíba)

ESTADUAIS

IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Combate à pobreza e à fome:

50. Implementação do programa bom prato/bandejão (Votuporanga).
51. Expansão das unidades do bom prato fixo (São Vicente).
52. Apoiar financeiramente a implantação de cozinhas solidárias destinada às organizações da sociedade civil (São Vicente).
53. Cozinhas comunitárias: Apoio financeiro, capacitação e integração com agricultura familiar. • Hortas urbanas: Incentivos para hortas em terrenos ociosos, hortas escolares e práticas sustentáveis. • Segurança alimentar: Ampliação de programas sociais, estoques públicos e combate ao desperdício. • Educação nutricional: Campanhas públicas, ensino nas escolas e ambientes alimentares saudáveis. • Participação social: Articulação entre governo e sociedade, conselhos locais e voluntariado (São Paulo- Itaim Paulista).
54. Erradicar a pobreza por meio de políticas integradas de educação, moradia e assistência social (Condepe).
55. Instituir uma Renda Básica Universal no estado de São Paulo, iniciando pela priorização de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com expansão gradual até alcançar toda a população. O valor será definido de forma a garantir alimentação, moradia e necessidades básicas, com financiamento por taxação progressiva de grandes fortunas, revisão de isenções fiscais e redirecionamento de recursos do orçamento estadual.
56. Reestruturar o SUAS com Ênfase em Economia Comunitária. Reestruturar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em São Paulo para incluir mecanismos de economia comunitária, com a criação de Núcleos Comunitários de Economia Solidária (NCES) em CREAS e CRAS, implantando cozinhas solidárias, lavanderias, banheiros e hortas comunitárias. A gestão será compartilhada entre SUAS, associações comunitárias e movimentos sociais, com estímulo à autogestão e cooperativas populares (Vale do Paraíba).
57. Implementar uma política nacional de renda mínima, garantindo repasses justos aos municípios com integração de políticas de assistência social, educação e trabalho (Bauru).

Garantia do acesso universal à saúde, educação, moradia e outros direitos sociais:

58. Solicitar o aumento da oferta e divulgação de qualificação profissional para níveis fundamentais e médio (Votuporanga).
59. Instituir em todas as cidades creche do idoso/centro dia, para pais de pessoas que trabalham com funcionamento de 24 horas (Cubatão).
60. Criar programa com acesso e garantia habitacional inclusivo para famílias em situação de vulnerabilidade, população de rua e área de risco, junto com ressocialização no mercado de trabalho através de geração de renda com recicláveis e capacitação profissional para fomentar seu sustento (Guarujá).
61. Garantia de acesso universal à saúde, educação, moradia e outros direitos sociais (São Paulo- Belém).
62. Disponibilizar recursos e ferramentas necessárias para o bom funcionamento escolar, ampliando o repasse de recurso financeiro para a educação (São Paulo- Iguatemi).
63. Garantir a ampliação e qualificação dos serviços de atenção integral à saúde para as pessoas LGBTQIA+ no SUS (Sistema Único de Saúde), por meio da implementação e expansão do Programa de Atenção à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans) e conforme a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, garantindo: a) a ampliação do número de Ambulatórios Trans, garantindo ampla cobertura territorial em pelo menos uma unidade por região administrativa; b) a criação de postos de atendimento especializado para a população LGBTQIA+ nos Hospitais Regionais do Estado de São Paulo; c) o atendimento contínuo e humanizado, com equipes multiprofissionais especializadas e capacitadas; e d) o acesso universal à hormonização, com disponibilização de medicamento e acompanhamento clínico regular (Vale do Paraíba).
64. Garantir de maneira permanente psicólogos e assistentes sociais nas escolas Estaduais para apoio socioemocional através da implantação da Lei 13935/19, de modo que a presença dos profissionais contemple todo período de aulas (Bauru).
65. Implantar ações específicas de atenção à saúde indígena em áreas urbanas, garantindo acompanhamento médico, psicológico e odontológico respeitando as práticas tradicionais por meio da Secretaria Estadual de Saúde em parceria com a Funai (Bauru).
66. Criar Protocolo Municipal contra Despejos Forçados, assegurando mediação prévia, participação da Defensoria Pública e do Ministério

- Público, e garantia de alternativas habitacionais dignas (São Paulo-Sapopemba).
67. Garantir infraestrutura urbana, equipamentos públicos, acessibilidade e transporte em projetos de moradia popular (São Paulo- Sapopemba).
 68. Integrar políticas de moradia com saúde, educação e geração de renda, promovendo inclusão social e territorial (São Paulo- Sapopemba).
 69. Proposição de nota técnica organizada por representantes do poder público e da sociedade organizada para aferição de parâmetros com caracterização da função social da propriedade, com objetivo de seu pleno cumprimento (pode ser por iniciativa do CFOAB). Essa nota técnica, muito embora não exerça vinculação, pode ser referenciada como critério de fundamento para eventuais decisões judiciais, administrativas e subsídio para políticas de habitação (OAB).
 70. Propõe-se a criação de um levantamento sistemático dos prédios públicos subutilizados e dos imóveis com dívidas tributárias, com vistas à sua destinação prioritária para fins de moradia popular. O mapeamento deverá ser realizado pelo Poder Executivo em articulação com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB e representantes da sociedade civil organizada, garantindo legitimidade, transparência e participação social, bem como assegurando mecanismos de fiscalização independente em todas as etapas do processo. As informações obtidas deverão ser reunidas e disponibilizadas em um portal público da transparência, de modo a garantir amplo acesso à população e possibilitar o acompanhamento social e jurídico das medidas implementadas (OAB).
 71. Proposta de criação de um protocolo, que estabeleça critérios nos processos de reintegração de posse que prevejam a presença obrigatória da Defensoria Pública, do Ministério Público e acompanhamento da OAB e o uso de câmeras corporais ligadas continuamente pelas forças policiais, elementos importantes para assegurar a legalidade, a transparência e a proteção dos direitos humanos (OAB).
 72. Criar programas de assistência social que incluam agentes comunitários de saúde dedicados ao acompanhamento de idosos vulneráveis, especialmente aqueles sem suporte familiar (Campinas).
 73. Estabelecer a isenção de impostos em relação ao pagamento da previdência para regimes próprios ao teto da Previdência do Regime Geral (Campinas).
 74. Regionalização e transparência do sistema cross (Campinas).
 75. Criação de Leitos de retaguarda para saúde mental (Campinas).
 76. Retorno do Programa Escola da Família (São Vicente).
 77. Expansão das vagas de acolhimento emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade social (São Vicente).

78. Desenvolver e ampliar as ações voltadas à saúde dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas (São Vicente).
79. Levantamento das instituições que trabalham com economia solidária (São Vicente).
80. Promoção da equidade social e econômica por meio da ampliação e fortalecimento de programas de transferência de renda, bem como da implementação de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda sustentável. • A proposta visa garantir condições mínimas de dignidade às populações em situação de vulnerabilidade, reduzindo os impactos da pobreza e da exclusão social. • Os programas devem ser articulados com ações de capacitação profissional, incentivo ao empreendedorismo, economia solidária e inclusão produtiva. • É essencial assegurar a continuidade, transparência e efetividade dessas iniciativas, com foco na autonomia dos beneficiários e na redução das desigualdades regionais (São Paulo- Itaim Paulista).
81. Manifestar posicionamento contrário à implementação e ao apoio, pelos governos estadual, municipal e federal, às escolas cívico-militares, por entender que este modelo fere os princípios da gestão democrática, da liberdade pedagógica e da educação inclusiva e plural, previstos na Constituição Federal e na LDB. Defender o fortalecimento da escola pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada (São Paulo- Itaim Paulista).
82. Retomar e ampliar políticas públicas voltadas à infância e adolescência, incluindo a reabertura e expansão dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), garantindo atendimento integral e inclusivo (São Paulo- Itaim Paulista).
83. Implementar políticas de moradia digna no centro urbano, evitando gentrificação e violência institucional (Condepe).
84. Ampliar financiamento público para esporte, lazer e cultura (Condepe).
85. Fortalecer a saúde da população negra e ampliar pesquisas no SUS (Condepe).
86. Criar serviços de acolhimento a trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão (Condepe).
87. Garantir equipamentos sociais (ILPI, centros de acolhimento, banheiros públicos, lavanderias, berçários) (Condepe).
88. Instituir em todas as cidades creche do idoso/centro dia, para pais de pessoas que trabalham com funcionamento de 24 horas (Cubatão).
89. Criar programa com acesso e garantia habitacional inclusivo para famílias em situação de vulnerabilidade, população de rua e área de risco, junto com ressocialização no mercado de trabalho através de geração de renda com

recicláveis e capacitação profissional para fomentar seu sustento (Guarujá).

90. Disponibilizar recursos e ferramentas necessárias para o bom funcionamento escolar, ampliando o repasse de recurso financeiro para a educação (Iguatemi)
91. Garantir a efetividade dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, assegurando a manutenção e a permanência das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com financiamento adequado e contínuo, fortalecimento da gestão participativa e valorização dos trabalhadores do sistema, através do aumento orçamentário (São Paulo-São Mateus).
92. Criação de programas de habitação social à população LGBTQIAPN+ e mulheres vítimas de violência que estão em situação de vulnerabilidade econômico-social nos moldes do “housing first” (Casa Primeiro) (Bauru).
93. Fortalecer o programa nacional de segurança alimentar, garantindo políticas de agricultura familiar, banco de alimentos e ampliação da merenda escolar, promovendo a inclusão social e dignidade, bem como o acesso universal a educação (Bauru).
94. Criar Protocolo Municipal contra Despejos Forçados, assegurando mediação prévia, participação da Defensoria Pública e do Ministério Público, e garantia de alternativas habitacionais dignas (São Paulo-Sapopemba).
95. Implantar Observatório Popular do Direito à Moradia, com mapeamento de ocupações, registro de violações e produção de dados públicos para orientar políticas habitacionais (São Paulo- Sapopemba).
96. Garantir infraestrutura urbana, equipamentos públicos, acessibilidade e transporte em projetos de moradia popular (São Paulo- Sapopemba).
97. Proposição de nota técnica organizada por representantes do poder público e da sociedade organizada para aferição de parâmetros com caracterização da função social da propriedade, com objetivo de seu pleno cumprimento (pode ser por iniciativa do CFOAB). Essa nota técnica, muito embora não exerça vinculação, pode ser referenciada como critério de fundamento para eventuais decisões judiciais, administrativas e subsídio para políticas de habitação (OAB).
98. Propõe-se a criação de um levantamento sistemático dos prédios públicos subutilizados e dos imóveis com dívidas tributárias, com vistas à sua destinação prioritária para fins de moradia popular. O mapeamento deverá ser realizado pelo Poder Executivo em articulação com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB e representantes da sociedade civil organizada, garantindo legitimidade, transparência e participação social, bem como assegurando mecanismos de fiscalização independente em todas as etapas

do processo. As informações obtidas deverão ser reunidas e disponibilizadas em um portal público da transparência, de modo a garantir amplo acesso à população e possibilitar o acompanhamento social e jurídico das medidas implementadas (OAB).

99. Proposta de criação de um protocolo, que estabeleça critérios nos processos de reintegração de posse que prevejam a presença obrigatória da Defensoria Pública, do Ministério Público e acompanhamento da OAB e o uso de câmeras corporais ligadas continuamente pelas forças policiais, elementos importantes para assegurar a legalidade, a transparência e a proteção dos direitos humanos (OAB).
100. Criar programas de assistência social que incluam agentes comunitários de saúde dedicados ao acompanhamento de idosos vulneráveis, especialmente aqueles sem suporte familiar (Campinas).
101. Estabelecer a isenção de impostos em relação ao pagamento da previdência para regimes próprios ao teto da Previdência do Regime Geral (Campinas).
102. Regionalização e transparência do sistema cross (Campinas).
103. Criação de Leitos de retaguarda para saúde mental (Campinas).
104. Promoção da equidade social e econômica por meio da ampliação e fortalecimento de programas de transferência de renda, bem como da implementação de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda sustentável. • A proposta visa garantir condições mínimas de dignidade às populações em situação de vulnerabilidade, reduzindo os impactos da pobreza e da exclusão social. • Os programas devem ser articulados com ações de capacitação profissional, incentivo ao empreendedorismo, economia solidária e inclusão produtiva. • É essencial assegurar a continuidade, transparência e efetividade dessas iniciativas, com foco na autonomia dos beneficiários e na redução das desigualdades regionais (São Paulo- Itaim Paulista).
105. Manifestar posicionamento contrário à implementação e ao apoio, pelos governos estadual, municipal e federal, às escolas cívico-militares, por entender que este modelo fere os princípios da gestão democrática, da liberdade pedagógica e da educação inclusiva e plural, previstos na Constituição Federal e na LDB. Defender o fortalecimento da escola pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada (São Paulo- Itaim Paulista).
106. Implementar políticas de moradia digna no centro urbano, evitando gentrificação e violência institucional (Condepe).
107. Ampliar financiamento público para esporte, lazer e cultura (Condepe).
108. Política de Direitos Culturais e Não Criminalização das Manifestações

Culturais Periféricas (Bailes Funks e Pancadões): Garantir o direito à cultura e à livre manifestação artística nas periferias, por meio da descriminalização e da não persecução penal das expressões culturais populares como os bailes funks e pancadões, reconhecendo-as como manifestações legítimas da juventude periférica e da cultura urbana (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).

109. Fortalecer a saúde da população negra e ampliar pesquisas no SUS (Condepe).
110. Criar serviços de acolhimento a trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão (Condepe).
111. Garantir equipamentos sociais (ILPI, centros de acolhimento, banheiros públicos, lavanderias, berçários) (Condepe).

Implementação de políticas públicas afirmativas para grupos discriminados:

112. Expandir políticas afirmativas para populações historicamente discriminadas, incluindo cotas social, raciais e de gênero e para pessoas com deficiência no ensino superior, concursos públicos e mercado de trabalho (Guarujá).
113. Descentralizar o programa Transcidadania (ensino fundamental, médio e superior) do Município de São Paulo para todos os municípios do Estado de São Paulo (Bauru).
114. Ações afirmativas em concursos públicos para pessoas negras, pessoas trans, PCD. Garantia de vagas de emprego em empresas contratadas pelo Poder executivo ou concessionárias para pessoas negras, trans e PCD (Campinas).
115. Aumentar a fiscalização em instituições de longa permanência (Campinas).
116. Fortalecer a rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas (Campinas).
117. Combater o abandono social e familiar (Campinas).
118. Capacitar profissionais que lidam com a população idosa (Campinas).
119. Garantir serviços especializados para a população idosa (Campinas).
120. Criação de um centro para atendimento integral às mulheres da puberdade ao climatério (São Vicente).
121. Combater a desigualdade racial e social, com medidas de reparação histórica (São Paulo- Itaim Paulista).
122. Para proteção e valorização das religiões de matrizes africanas e quilombolas: Instituir grupo intersetorial (Direitos Humanos, Cultura, Segurança, Educação); criar canais de denúncia e atendimento especializado para casos de intolerância; garantir financiamento público para a preservação dos espaços sagrados (Rosa dos Ventos).

123. Instituição do Programa Municipal de Cultura e Identidade Afro-Periférica, com foco na promoção de atividades culturais, formação artística e valorização das expressões de matriz africana. Criação de casas de cultura afro-periféricas. Fomento a grupos de capoeira, dança, teatro e música afro-brasileira. Parcerias com escolas públicas para inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo (Rosa dos Ventos).
124. Expandir políticas afirmativas para populações historicamente discriminadas, incluindo cotas social, raciais e de gênero e para pessoas com deficiência no ensino superior, concursos públicos e mercado de trabalho (Guarujá).
125. Assegurar prioridade às pessoas em situação de rua, em especial às com deficiência e neurodivergentes e aos idosos, LGBTQIAPN+ e povos tradicionais no acesso a programas federais de habitação, saúde, educação, trabalho e geração de renda, garantindo moradia digna, inclusão educacional, acompanhamento intersetorial e acessibilidade universal, sendo que a política deverá contar com financiamento (São Paulo).
126. Ampliar a formação de profissionais de saúde sobre o uso terapêutico da cannabis, com base em evidências científicas (Campinas).
127. Integrar a cannabis no debate sobre saúde mental, redução de danos e cuidado integral (Campinas).
128. Ampliar o acesso ao uso terapêutico da cannabis via SUS, garantindo distribuição gratuita e protocolos clínicos (Campinas).
129. Fortalecer as redes de cuidado e redução de danos, com foco em práticas comunitárias e interdisciplinares (Campinas).

Garantia dos direitos da população em situação de rua:

130. Instituir Programa de recomeço para as pessoas que vivem em situação de rua e egressos (Cubatão).
131. Garantir a efetividade de políticas intersetoriais para a população em situação de rua, assegurando acesso a moradia, saúde, educação, assistência social e inserção laboral (Guarujá).
132. Implementar Centro POP com cofinanciamento estadual a partir de diagnóstico da população em situação de rua em cidades com mais de 80 mil habitantes (Vale do Paraíba).
133. Criação de pontos de apoio digital em centros de acolhida, com acesso gratuito à internet e suporte para utilização da plataforma Gov, garantindo o acesso da população em situação de rua a benefícios assistenciais (OAB).
134. Criação de uma rede articulada (MP, DPE, Secretaria municipal, CREAS, CRAS e Judiciário) para cumprimento da ADPF 976 (OAB).

135. Efetivação da lei padre Júlio Lancellotti no que tange à arquitetura hostil (OAB).
136. Instituição da Defensoria Pública do Estado itinerante com escuta ativa da população de rua nos centros de acolhimento e espaços próximos e a volta do balcão de direitos da população em situação de rua na sede da defensoria pública.
137. Implantar programa de serviço de moradia pública que atenda a população em situação de rua, considerando a diversidade e interseccionalidade utilizando todos os marcadores (OAB).
138. Garantir Políticas Públicas integradas para pessoas em situação de rua e/ou em condições de drogadição, com foco em moradias sociais, saúde (redução de danos), assistência social e trabalho, assegurando dignidade, cidadania e o fim de práticas higienistas e repressivas (Bauru).

Promoção da inclusão e da acessibilidade:

139. Criar legislação sobre fiscalização das calçadas quanto a pavimentação e rampas de acesso, tendo mais rigor nas fiscalizações e em sua aplicação (Cubatão).
140. Implantar serviço permanente de profissionais de referência em língua brasileira de sinais (LIBRAS), assegurando acessibilidade plena para pessoas surdas em todos os órgãos e serviços públicos (Francisco Morato).
141. Criar Centros Estaduais de Formação Técnica e Inclusão, em todas as regiões do Estado, com acessibilidade universal, para a população LGBTQIAPN+, pessoas idosas, negras, povos tradicionais, imigrantes, refugiadas, povos ciganos e PCDs e neurodivergentes, com salas de aula, laboratórios e espaços de convivência e oferecer cursos regulares, capacitação itinerante, inclusão digital, tecnológica, apoio psicológico, orientação jurídica e mediação de conflitos, com parcerias para inserção laboral e custeio por recursos (São Paulo).
142. Criar um Programa Nacional de acessibilidade digital e presencial (Vale do Paraíba).
143. Direito a educação inclusiva com apoio especializados em tempo integral, respeitando a educação para o PCD e seus familiares (Vale do Paraíba).

Promoção da igualdade étnico-racial e de gênero:

144. Fortalecer as políticas de enfrentamento às desigualdades de gênero, assegurando sua efetivação em todos os níveis de ensino. Com a criação de espaços permanentes de escuta e diálogo que envolvam estudantes, famílias e profissionais, articulados a processos formativos e culturais para toda a comunidade (Vale do Paraíba).

145. Garantir a ampliação e manutenção de equipamentos públicos de cuidado (creches, centros de acolhimento de pessoas idosas e com deficiência), com financiamento adequado e gestão intersetorial, assegurando acesso universal e gratuito para mulheres em situação de maior vulnerabilidade social (Vale do Paraíba).
146. Implementar mecanismos de monitoramento para combater racismo estrutural, machismo e exclusão territorial (São Paulo- Sapopemba)

MUNICIPAIS

IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Combate à pobreza e à fome:

147. Implementação do programa bom prato/bandeirão. (Votuporanga)
148. Horta comunitária com regras de uso. (Votuporanga)
149. Promoção da equidade social e econômica por meio da ampliação e fortalecimento de programas de transferência de renda, bem como da implementação de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda sustentável. • A proposta visa garantir condições mínimas de dignidade às populações em situação de vulnerabilidade, reduzindo os impactos da pobreza e da exclusão social. • Os programas devem ser articulados com ações de capacitação profissional, incentivo ao empreendedorismo, economia solidária e inclusão produtiva. • É essencial assegurar a continuidade, transparência e efetividade dessas iniciativas, com foco na autonomia dos beneficiários e na redução das desigualdades regionais. (São Paulo-Itaim Paulista)
150. Cozinhas comunitárias: Apoio financeiro, capacitação e integração com agricultura familiar. • Hortas urbanas: Incentivos para hortas em terrenos ociosos, hortas escolares e práticas sustentáveis. • Segurança alimentar: Ampliação de programas sociais, estoques públicos e combate ao desperdício. • Educação nutricional: Campanhas públicas, ensino nas escolas e ambientes alimentares saudáveis. • Participação social: Articulação entre governo e sociedade, conselhos locais e voluntariado. (São Paulo-Itaim Paulista)
151. Promover o desenvolvimento sustentável com apoio a projetos locais de reciclagem, economia circular e educação ambiental. (São Paulo-Itaim Paulista).

152. Criar planos municipais de prevenção a enchentes e desastres, com obras de drenagem e reflorestamento de áreas de risco. (São Paulo-Itaim Paulista).
153. Garantir os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais com demarcação de terras e proteção contra invasões. (São Paulo-Itaim Paulista)
154. Incentivar a agroecologia e agricultura familiar com crédito facilitado, assistência técnica e compra pública de alimentos. (São Paulo-Itaim Paulista)
155. Investir em energias renováveis (solar, eólica, biomassa) com subsídios e capacitação profissional para a transição energética justa. Proteger terra, água e meio ambiente com fiscalização efetiva, saneamento básico e planejamento urbano sustentável. (São Paulo-Itaim Paulista)
156. Erradicar a pobreza por meio de políticas integradas de educação, moradia e assistência social. (CONDEPE)
157. Política de Segurança Alimentar e de Renda nas Periferias Urbanas de São Paulo : Ampliar e reformular as políticas públicas de segurança alimentar, de forma a alcançar famílias trabalhadoras de baixa renda, que vivem em situação de vulnerabilidade e enfrentam insegurança alimentar, mesmo estando empregadas formalmente (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).

Garantia do acesso universal à saúde, educação, moradia e outros direitos sociais:

158. Solicitar o aumento da oferta e divulgação de qualificação profissional para níveis fundamentais e médio. (Votuporanga)
159. Solicitar o aumento de vagas de albergue noturno para trabalhadores masculinos em situação de vulnerabilidade social. (Votuporanga)
160. Implantar e ampliar vagas em creches de período integral, assegurando prioridade de atendimento para crianças de mães solo. (Francisco Morato)
161. Garantia de acesso universal à saúde, educação, moradia e outros direitos sociais. (São Paulo-Belém)
162. Implantação de CAPS Infantil e Adulto no território do Iguatemi com a garantia de equipe multiprofissional. (Iguatemi)
163. Implantação de escola municipal de educação infantil no bairro do Jardim Limoeiro. (São Paulo-Iguatemi)
164. Criação de um complexo que implante a UBS Jardim Limoeiro, CAPS IJ e AD, EMEI numa área de grande extensão territorial onde funcionava um depósito que está desativado. (São Paulo-Iguatemi)
165. Implantação de ILPI no território do Iguatemi. (São Paulo-Iguatemi)

166. Criação de cooperativas locais de transporte para melhorar a qualidade de vida da população, posto que há muitas áreas sem cobertura de transporte público. (São Paulo-Iguatemi)
167. Implantação da Casa de Cultura do Iguatemi. (São Paulo-Iguatemi)
168. Implantação de áreas de esporte e lazer voltadas para a prevenção das violações de direitos, que promova cultura de desmistificação sobre os Direitos Humanos. (São Paulo-Iguatemi)
169. A garantia, através do Poder Executivo do município, da adoção de medidas para a captação de recursos, junto aos governos estadual e federal, para a construção de moradias de interesse social, visando atender prioritariamente famílias em situação de vulnerabilidade do município, garantindo o direito fundamental à moradia digna. (Taboão da Serra)
170. Proposta de acolhimento educacional para o público infante juvenil em horários alternados aos estudos e investimento no terceiro setor e ONGs no município. (Taboão da Serra)
171. Reduzir a prática da internação compulsória e ampliar o investimento em políticas públicas de cuidado, priorizando programas de acolhimento e reinserção social de pessoas em situação de dependência química, a exemplo do "De Braços Abertos", com foco em ações ativas, humanizadas e integradas de acompanhamento. (São Paulo-São Matheus)
172. Melhoria dos serviços de Saúde existentes no território, contratação de mais médicos e implantação de novas UBS em bairros que ainda estão desassistidos. (São Paulo-São Matheus)
173. Ampliar o acesso da população em vulnerabilidade à cultura, esporte e lazer, descentralizando as ações do DEA. (Bauru)
174. Criar Programa Municipal de Emprego Inclusivo em parceria com empresas para inserção de PcDs no mercado de trabalho, com capacitação profissional e acompanhamento de inclusão. (Bauru)
175. Programa de Inclusão Social e Econômica da Juventude Negra da Brasilândia: Instituir um Programa Intersectorial de Inclusão Social e Econômica da Juventude Negra e Periférica da Brasilândia, com ações voltadas à formação profissional, geração de emprego e renda, incentivo ao empreendedorismo comunitário e acesso a políticas de permanência social, visando à redução das desigualdades socioeconômicas e raciais na região (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).
176. Implementar programa de férias escolares municipal e oficinas de lazer, ampliando oportunidades de ocupação saudável e desenvolvimento social. (Bauru)
177. Instituir programas de capacitação e orientação de adolescentes para lideranças comunitárias e projetos de impacto social, promovendo o protagonismo juvenil. (Bauru)

178. Priorizar famílias chefiadas por mulheres, população negra e comunidades periféricas em programas habitacionais (São Paulo-Sapopemba)
179. Garantir infraestrutura urbana, equipamentos públicos, acessibilidade e transporte em projetos de moradia popular. (São Paulo-Sapopemba)
180. Integrar políticas de moradia com saúde, educação e geração de renda, promovendo inclusão social e territorial. (São Paulo-Sapopemba)
181. Capacitação e sensibilização sobre educação para Direitos Humanos para servidores, agentes ou prestadores de serviços que atendam direta ou indiretamente a população migrante e refugiada, principalmente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. (OAB)
182. Proposta de criação de um protocolo, que estabeleça critérios nos processos de reintegração de posse que prevejam a presença obrigatória da Defensoria Pública, do Ministério Público e acompanhamento da OAB e o uso de câmeras corporais ligadas continuamente pelas forças policiais, elementos importantes para assegurar a legalidade, a transparência e a proteção dos direitos humanos. (OAB)
183. Efetivação da lei padre Júlio Lancellotti no que tange à arquitetura hostil. (OAB)
184. Criação de um programa educativo com o tema "Envelhecimento" nas escolas ou outras instituições, com o objetivo de promover o respeito e a valorização da pessoa idosa. (Campinas)
185. Combater o abandono social e familiar. (Campinas)
186. Regionalização e transparência do sistema *cross*. (Campinas)
187. Criação de Leitos de retaguarda para saúde mental. (Campinas)
188. Garantir equipamentos sociais (ILPI, centros de acolhimento, banheiros públicos, lavanderias, berçários). (CONDEPE)
189. Erradicar a pobreza por meio de políticas integradas de educação, moradia e assistência social. (CONDEPE)
190. Capacitação popular sobre orçamento participativo e direitos sociais. Divulgação de informações públicas acessíveis e transparentes. (São Paulo- Brasilândia-Rosa dos Ventos).
191. Esporte e Lazer como Ferramentas de Inclusão e Cidadania: Desenvolver um sistema nacional de direitos humanos que promova o esporte e o lazer como ferramentas de inclusão e cidadania nas periferias, fomentando o diálogo, o acompanhamento e a escuta para formar cidadãos conscientes e empoderados (São Paulo-Brasilândia-Fábrica de Cultura).

Implementação de políticas públicas afirmativas para grupos discriminados:

192. Criar Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego para a população LGBTQIAPN + (Bauru)

193. Implantar um ciclo formativo em Direitos Humanos de atividades de inclusão e inserção das pessoas LGBTQIAPN + nas ações de mobilização municipal, para acesso aos serviços públicos ofertados pelo município, com busca ativa dessa população e cadastramento em CRAS/CREAS para inserção na política municipal de proteção. (Bauru)
194. Criar uma Coordenadoria Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, assim como uma Coordenadoria Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e uma Coordenadoria Municipal dos Direitos da Pessoa LGBTQIAPN+.(Bauru)
195. Criar Protocolo Municipal contra Despejos Forçados, assegurando mediação prévia, participação da Defensoria Pública e do Ministério Público, e garantia de alternativas habitacionais dignas. (São Paulo-Sapopemba)
196. Implementar mecanismos de monitoramento para combater racismo estrutural, machismo e exclusão territorial. (São Paulo-Sapopemba)
197. Aumentar a fiscalização em instituições de longa permanência. (Campinas)
198. Combater o abandono social e familiar. (Campinas)
199. Sugerir ações que incentivem a convivência e o apoio da família. (Campinas)
200. Garantir serviços especializados para a população idosa. (Campinas)
201. Criar programas de assistência social que incluam agentes comunitários de saúde dedicados ao acompanhamento de idosos vulneráveis, especialmente aqueles sem suporte familiar. (Campinas)
202. Estabelecer a isenção de impostos em relação ao pagamento da previdência para regimes próprios ao teto da Previdência do Regime Geral. (Campinas)
203. Retomada e Fortalecimento do PAES Pop Trans com orçamento e equipe próprios. Garantia de atendimento integral e continuado, incluindo hormonização e acompanhamento multiprofissional para todas as faixas etárias. Criação de um protocolo municipal para proteção dos direitos de crianças e adolescentes trans frente a decisões restritivas de órgãos federais. (Campinas)
204. Regularização e ampliação do Ambulatório Transcender, atualmente instalado dentro do PS Santos Dumont, para que funcione de forma adequada e com equipe completa. Além disso, propomos que a Secretaria de Educação seja envolvida na promoção de políticas afirmativas e de acolhimento a estudantes trans nas redes de ensino. Regularização e ampliação do espaço físico do Ambulatório Transcender. Contratação de equipe multiprofissional completa para o atendimento. Integração com a Secretaria de Educação para capacitar profissionais da rede pública sobre

- saúde e direitos das pessoas trans. Criação de fluxos intersetoriais entre saúde e educação para acompanhamento integral de crianças e adolescentes trans. (Campinas)
205. Integrar a cannabis no debate sobre saúde mental, redução de danos e cuidado integral. (Campinas)
206. Ampliar o acesso ao uso terapêutico da cannabis via SUS, garantindo distribuição gratuita e protocolos clínicos. (Campinas)
207. Fortalecer as redes de cuidado e redução de danos, com foco em práticas comunitárias e interdisciplinares. (Campinas)
208. Ações afirmativas em concursos públicos para pessoas negras, pessoas trans, pcds. Garantia de vagas de emprego em empresas contratadas pelo Poder executivo ou concessionárias para pessoas negras, trans e PCDs. (Campinas)
209. Criação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Educacional e Urbano Integrado das Periferias, com ações conjuntas entre educação, obras públicas, saúde e habitação. Construção de escolas técnicas e creches em áreas carentes. Ampliação da rede de saneamento e pavimentação. Parcerias com universidades e ONGs para formação comunitária. (São Paulo- Rosa dos Ventos)
210. Instituição do Programa Municipal de Cultura e Identidade Afro-Periférica, com foco na promoção de atividades culturais, formação artística e valorização das expressões de matriz africana. Criação de casas de cultura afro-periféricas. Fomento a grupos de capoeira, dança, teatro e música afro-brasileira. Parcerias com escolas públicas para inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo. (São Paulo-Rosa dos Ventos)

Garantia dos direitos da população em situação de rua:

Sem propostas

Promoção da inclusão e da acessibilidade:

211. Criar legislação sobre fiscalização das calçadas quanto a pavimentação e rampas de acesso, tendo mais rigor nas fiscalizações e em sua aplicação. (Cubatão)
212. Implantar serviço permanente de profissionais de referência em língua brasileira de sinais (libras), assegurando acessibilidade plena para pessoas surdas em todos os órgãos e serviços públicos. (Francisco Morato)

213. Contratar Equipe especializada para atendimento de crianças atípicas na rede de ensino. (Francisco Morato)
214. Criar Centros de Acolhimento Integral e Acessível para pessoas com deficiência, neurodivergência e doenças raras em situação de rua, com equipes multiprofissionais e acessibilidade universal, garantindo saúde contínua, insumos, alimentação e reinserção social, financiados por multas, precatórios e Fundos Municipais de Direitos Humanos e o Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB. (São Paulo)
215. Adequar e ampliar o transporte público/ frota de ônibus urbanos para plena acessibilidade, com plataformas elevatórias, comunicação acessível em Libras e braile, além de monitoramento da qualidade do serviço e semáforo sonoro. (Bauru)
216. Regulamentar a acessibilidade pedagógica e arquitetônica nas escolas públicas municipais, com contratação de profissionais de apoio, intérpretes de Libras e uso de tecnologias assistivas. (Bauru)
217. Criar Programa de Cultura e Esporte Acessível com a implantação de atividades esportivas e culturais adaptadas, gratuitas e inclusivas, garantindo espaços de lazer e participação social das pessoas com deficiência. (Bauru)

Promoção da igualdade étnico-racial e de gênero:

Sem propostas